

IZABELLA CEZARINA BADAZ MILLÉO

**ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO
SÓCIO-ECONÔMICA DOS ALUNOS
DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**

*Monografia elaborada como pré-requisito de conclusão
da disciplina Seminário de Monografia do Curso de Educação
Física da UFPR.*

CURITIBA

1992

IZABELLA CEZARINA BADAZ MILLÉO

**ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO
SÓCIO-ECONÔMICA DOS ALUNOS
DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**

*Monografia elaborada como pré-requisito de Conclusão
da disciplina Seminário de Monografia do curso de Educação
Física da Universidade Federal do Paraná.*

ORIENTADOR: ALBERTO MILLÉO FILHO

Agradecimentos

*Ao professor e Pai, **Alberto Milléo Filho**, pela dedicação e paciência, na orientação segura, a quem muito devo na realização do presente estudo.*

*Ao professor **Galbas Milléo**, mestre em Ciência pela Universidade de São Paulo e Professor de Técnicas e Métodos de Pesquisa e Sociologia da UFPR, pela apreciação crítica e oportunas sugestões.*

*À professora **Rosa Loberto Costa**, Docente em Português do Colégio Positivo e pós-graduada em Literatura Brasileira e em Língua Portuguesa pela PUC-PR, pela paciência em revisar os textos.*

*À **Antonio Virgilio Diem Milléo**, que possibilitou a análise dos gráficos com mais rapidez e precisão.*

E aos Chefes de Departamentos, professores e alunos dos cursos de Educação Física da UFPR e PUC-PR.

Dedicação

*Aos meus pais, **Alberto Milléo Filho** e **Sibonei de Lourdes Badaz Milléo**, pelo incentivo e apoio constantes, e que tornaram possível minha graduação.*

RESUMO

Com o país em pleno processo de conturbação social e econômica, sem definição ou até mesmo em vias de mudança do sistema de governo, do presidencialismo para parlamentarismo, com a economia atrelada à crises, está repercutindo diretamente nas universidades, e em consequência, nas famílias que aspiram à melhores condições de vida.

O ingresso na Universidade, como definição de uma futura profissão, é a meta de todo jovem.

A discussão sobre o tema, tem suscitado polêmica, principalmente quando se trata de Universidades particulares, onde o ensino é pago, e Universidades Federais.

A presente monografia originou-se das indagações: É o aluno da Universidade pública ^{de} em melhor condição sócio-econômica do que das ^o faculdades particulares? A população de menor poder aquisitivo terá acesso às profissões de formação universitária?

Quanto aos resultados, pode-se afirmar, conclusivamente, que as famílias dos acadêmicos de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ingressos no ano de 1992, estão em melhor situação sócio-econômica que os da Universidade Federal do Paraná.

Pode-se considerar esta monografia subsídio e parâmetro para novos estudos e novas investigações, inclusive para comparação de dados.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
1.0 PROBLEMA.....	01
1.1 ENUNCIADO	01
1.2 DELIMITAÇÃO	01
1.2.1 LOCAL.....	01
1.2.2 UNIVERSO	02
1.2.3 AMOSTRA	02
1.2.4 VARIÁVEL.....	02
1.2.5 ÉPOCA	02
2.0 JUSTIFICATIVA.....	03
3.0 OBJETIVOS	05
3.1 OBJETIVO GERAL	05
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
4.0 REVISÃO DE LITERATURA	06
4.1 UNIVERSO TEÓRICO.....	06
5.0 METODOLOGIA.....	18
6.0 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	21
CONCLUSÃO.....	33
ANEXOS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1.0 PROBLEMA

1.1 ENUNCIADO

Quando se discute, a nível nacional, novas políticas para o ensino superior, com fortes tendências para privatização da universidade pública e, por outro lado, levando-se em conta a experiência do ensino pago, através de universidades e faculdades particulares, se faz necessário um estudo por curso, para se avaliar os novos rumos das profissões, face o potencial sócio-econômico da clientela que está envolvida neste processo.

São os alunos das universidades públicas de melhores condições sócio-econômicas do que os de faculdades particulares? A população de menor poder aquisitivo terá acesso à profissões de formação universitária? Em que momento se inclui a democratização do acesso à universidade?

1.2 DELIMITAÇÃO

1.2.1 Local:

Esta pesquisa visou a uma análise comparativa do corpo discente de duas instituições de ensino superior, sendo implementada em Curitiba-Paraná, no ano de 1992, nos Departamentos de Educação Física da UFPR e PUC-PR.

1.2.2 Universo

A presente monografia teve como universo pesquisado, a totalidade dos alunos matriculados e cursando, presentemente, o 1º ano do curso de Educação Física das UFPR e PUC-PR. No momento da aplicação do questionário este universo constitui-se de 251 alunos, assim distribuídos:

Instituições	Total de alunos matriculados no 1º ano
UFPR	_____ 118 alunos
PUC-PR	_____ 133 alunos

1.2.3 Amostra

Devido à totalidade do universo não se trabalhou com amostra.

1.2.4 Variável

Variável de controle — Situação sócio-econômica dos acadêmicos de Educação Física da UFPR e PUC-PR.

1.2.5 Época

Esta monografia foi implementada no ano de 1992.

2.0 JUSTIFICATIVA

O futuro das profissões de formação acadêmica, passa necessariamente pela clientela que terá acesso à universidade. Será composta apenas pelas classes sociais mais favorecidas? Em que momento, inclui-se a democratização do acesso à universidade?

Discute-se, a nível nacional, novas políticas para o ensino superior, com fortes tendências para a privatização da universidade pública, mas a democratização do mesmo nega esta proposta.

A revista VEJA, de maio de 1991, aborda com grande propriedade o ensino superior público e privado:

“Nas universidades públicas brasileiras estudam os alunos mais caros do mundo e os professores mais mal pagos. Em função disto, a produção acadêmica delas é muito reduzida quando comparada a nível internacional. A situação fica mais obscura no ensino superior privado. O Brasil é um dos raros países do mundo em que as faculdades particulares têm como primeiro objetivo o lucro, e só muito atrás uma educação que atenda às necessidades nacionais. O ensino privado, que transformou a educação superior num negócio lucrativo, e forma a maioria dos universitários brasileiros, não chega a ser uma saída. Autoridades do governo, políticos e pensadores do ensino reconhecem, em geral, que a universidade brasileira é dispendiosa e ineficiente. Então o debate a respeito se o ensino superior público deve ser pago ou não é de total irrelevância, pois existem países, como Estados Unidos

e Inglaterra, com excelentes universidades pagas, e há outras igualmente boas em países de ensino superior gratuito (Alemanha, França , entre outros).”

O estudo da situação sócio econômica dos alunos que estão participando deste processo, na área de Educação Física, se faz necessário para avaliar, no momento, também as profissões de magistério, que estão desvalorizadas pelo governo e desacreditadas pela sociedade.

3.0 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- ANALISAR efetivamente a situação sócio-econômica dos acadêmicos do 1º ano dos cursos de Educação Física da UFPR e PUC-PR.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- VERIFICAR a procedência dos alunos quanto ao nível sócio econômico;
- VERIFICAR as ocupações dos alunos e o curso escolhido;
- CARACTERIZAR o perfil dos acadêmicos de Educação Física da UFPR e PUC-PR.

4.0 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 UNIVERSO TEÓRICO

Em algumas manifestações de reitores e professores, a respeito da gratuidade do ensino superior no Brasil, em pesquisas realizadas por MASCARO, o ex-reitor da USP, Prof. Waldir Muniz Oliva, declarou haver *“concordado com o estudo do assunto, o que, entretanto, não implicaria em qualquer tomada leviana de posição, sem que todas as variáveis fossem devidamente ponderadas”*. (1983). Declarou, ainda, a princípio, ser favorável à abolição da gratuidade generalizada do ensino superior, que favorece os que já são, de alguma forma, privilegiados da fortuna.

O reitor da UnB, Prof. José Carlos Azevedo, defendeu o ensino pago, por considerar a questão um “imperativo de justiça social”, declarando ser como qualquer pessoa de bom senso, radicalmente contra o ensino gratuito indiscriminado. (1983).

MASCARO ainda cita que o coordenador da Fuvest, Prof. Moysés Szajnbok, contesta *“denúncia de que somente pessoas de classe rica freqüentam as universidades”*, (1983) e explica que 50% dos alunos aprovados no vestibular de 1980 (na USP), pertencem a famílias com renda baixa. Assim Szajnbok defende o ensino gratuito, alegando que só entra em uma universidade, quem tem qualificação e capacidade para isso.

São poucas as manifestações de professores favoráveis ao ensino pago. Zeferino Vaz, fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e ex-reitor da Unicamp, foi solidário com o MEC, na política de ensino pago para os filhos de famílias abonadas, que podem pagar. Para Rômulo Pieroni, ex-diretor do Instituto de Energia Atômica, *“o ensino superior deve ser pago, pois só assim criará condições para que seja mais eficiente”*. (1983)

Algumas reivindicações de associações de professores, após congresso patrocinado pela Associação Nacional dos Docentes do ensino Superior, em nota oficial, declaram que *“tudo deveria ser feito para que a implantação do ensino pago nas universidades públicas não se concretizasse, e que a nação deveria ser convocada para resistir às investidas, que pudessem desestabilizar a universidade e transformá-la em mais um centro reprodutor de privilegiados”*. (1983).

MASCARO, analisando a realidade educacional contemporânea, comenta que é de suma importância verificarmos as modalidades de custeio da educação popular, e de financiamento dos programas de formação das elites dirigentes, segundo modelos engendrados por outros povos. Estudando-os, procuraríamos identificar limites da gratuidade no contexto dos respectivos sistemas de ensino. (1983).

Da gratuidade inspirada nos princípios fundamentais do liberalismo democrático vigente no mundo ocidental, pouco sabemos sobre os limites em que o ensino é posto, gratuitamente, a serviço da população. Nos EUA, a gratuidade, total e ativa, vigora para brancos e pretos, no norte e no sul, apenas nas escolas em que é ministrada a educação básica de 1º e 2º graus.

O ensino superior norte-americano não é, nem nunca foi, gratuito, sendo, aliás, de custo elevado, sem embargo do grande número de estudantes que obtém bolsas integrais.

A manutenção de inúmeras universidades se faz com ajuda financeira procedente de fundações particulares, além das contribuições de pessoas que compreendem que, de outra maneira, não poderia o governo com o ônus crescente de uma instrução inevitavelmente cada vez mais complexa. (1983).

TRAMONTIN, objetiva, em uma tentativa de desenhar o quadro geral do ensino superior particular no Brasil, quer, no âmbito global do sistema superior, quer em relação a todos os elementos que compõem os traços de seu perfil, verificar a participação do ensino superior neste contexto:

Em meio à crise que afeta o ensino superior brasileiro, o segmento particular tem sido alvo específico de incisivas críticas, desde aquelas ideológicas que generalizam sobre o seu caráter comercial, até aquelas que, tentando se posicionar num patamar mais técnico, caracterizam o baixo nível de ensino ministrado, e concluem estar, neste segmento, o "Calcanhar de Aquiles" do sistema universitário do país. (1985).

Do ponto de vista quantitativo, TRAMONTIN afirma que o setor particular assume a liderança do nível de graduação, com os percentuais mais expressivos em quase todos os itens, exceto quanto aos professores e inscrições aos vestibulares. (1985).

QUADRO I - Ensino de graduação - Participação percentual do setor particular no sistema global de ensino superior - 1980

	Particular	Pública
Nº de instituições	73,0%	27,0%
Nº de vagas oferecidas	66,5%	33,5%
Nº de inscrições aos vestibulares	44,6%	55,4%
Nº de alunos matriculados	62,3%	37,7%
Nº de alunos concluintes	66,4%	33,6%
Nº de cursos oferecidos	57,0%	43,0%
Nº de professores	42,1%	57,9%
Nº de pessoal técnico-administrativo	01/48	01/48
Nº de licenciaturas	66,4%	33,2%

Fonte: Os autores, a partir de dados brutos da SESu e SEEC/MEC.

TRAMONTIN coloca como ponto incontestável, o fato de que cabe ao setor particular formar a maioria dos alunos de graduação do sistema, e, ainda, analisa que os expressivos índices a favor do ensino particular se verificam nas regiões mais desenvolvidas, sudeste e sul e, de modo mais equilibrado, na região centro-oeste. Em número de matrículas e de concluintes, predomina nas regiões norte e nordeste, o setor público. Esse fato se torna importante quando se tem em mira uma política de expansão que, no Brasil, de forma alguma pode ter um caráter homogêneo, mas deve levar em consideração as peculiaridades regionais, sobretudo onde a população, como no norte e nordeste, não desfruta de poder aquisitivo suficiente para ingressar nas IES particulares. (1985).

QUADRO II - Participação das IES particulares no sistema global de ensino superior - Nº de IES por região e por tipo - 1980

Região	Universidades			Federações			Isoladas			Total Geral
	Públicas	Particulares	Total	Públicas	Particulares	Total	Públicas	Particulares	Total	
Norte	03	00	03	00	00	00	007	002	009	012
Nordeste	13	03	16	01	01	02	034	043	077	095
Sudeste	16	10	26	00	35	35	082	434	516	577
Sul	09	06	15	00	06	06	054	086	140	161
Centro-Oeste	04	01	05	00	02	02	005	018	023	030
Total	45	20	65	01	44	45	182	583	765	875

Fonte: SEEC/MEC

A estratificação social e econômica, com base na escala hierárquica de prestígio das profissões de Bertran Hutchinson, foi enfocada pela UNICAMP num estudo neste sentido. Por exemplo, os alunos oriundos de pais inequivocamente ricos (proprietários de grandes empresas, titulares de altos cargos administrativos ou políticos) não passam de 18,7%, na escala imediatamente abaixo, que inclui proprietários de empresas e funções gerenciais ou de direção, concentram-se 13,7% dos alunos; vem em seguida os filhos de proprietários de pequenas e micro-

empresas, assim como a camada de profissionais liberais com poder de ganho entre 20 e 30 salários mínimos: 17,15%, os profissionais com ocupações não-manuais de rotina (bancários, corretores, despachantes, músicos) que percebem entre 15 e 20 salários representam 14,97%; os supervisores de trabalho manual (agricultores, artífices, empreiteiros, mestres-de-obras) com rendimento entre 10 e 15 salários são 15,5%; e, finalmente, vem os filhos de lavradores, carregadores, motoristas, pedreiros, etc... que perfazem a camada dos profissionais manuais não especializados e cuja renda não ultrapassa 10 salários mínimos. Estes representam 21,6% dos alunos da UNICAMP.

Há, portanto, um forte predomínio da classe média, exatamente a que, nos últimos tempos, teve seu padrão de vida trazido a níveis muitos inferiores, por exemplo, aos dos anos 70.

Segundo argumentos de VOGT.

Os muito pobres continuam a não ter acesso ao ensino superior ou só o tem em proporções mínimas, já que a maioria deles sequer chega às portas dos vestibulares e, quando chega, raramente consegue ultrapassá-las. Essa constatação, que é verdadeira, tem municiado à larga aqueles que defendem o ensino pago e, assumindo uma postura ideológica, acusam a universidade de elitista. O ensino pago torna-se, assim, contraditoriamente, bandeira contra o "elitismo" e a favor do ingresso dos pobres nos bancos acadêmicos. (1991).

Para os defensores dessa posição, escapa a verdadeira razão por que os pobres não chegam à universidade, e, além disso, desconhecem o verdadeiro sentido de elitismo. Para VOGT,

Uma universidade pública, que selecionasse seus alunos por sua melhor posição social ou econômica, esta sim, seria elitista. Mas não é, de forma alguma, elitista a universidade que os seleciona em função de sua aptidão intelectual, sejam eles ricos, pobres ou remediados. Se assim não fosse, há de se convir que todas as boas universidades do mundo seriam elitistas. (1991).

Concordando com Vogt, VALLE diz:

Quem conhece, ainda que superficialmente, o campus de qualquer universidade pública, sabe que ali não estão, com raríssimas exceções, alunos ricos. São estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas. (1991).

Para DURHAM.

Constitui uma simplificação indevida caracterizar como ricos todos os alunos das escolas particulares. Trata-se, na maioria dos casos, de jovens de classe média, cujas famílias, em face à falência dos estabelecimentos públicos, fazem pesados sacrifícios para manter os filhos numa escola decente, com a esperança de facilitar seu ingresso numa boa universidade gratuita. (1991).

Segundo MELCHIOR, “somente através da cobrança de taxas significativas dos mais abastados, será possível solucionar o problema da educação brasileira”. (1981). Mas a cobrança de taxas realísticas no sistema escolar público só poderá ser efetivada quando for contornado o princípio da gratuidade escolar. Frente a isto, indaga-se: “Como cobrar um ensino que é gratuito por força de dispositivo constitucional?” (1981).

A respeito da gratuidade escolar, MELCHIOR divide em dois aspectos essenciais, que denomina gratuidade “**ativa**” e “**passiva**”.

“**Gratuidade ativa:** é o fornecimento de escolas sem exigência de pagamento. **Gratuidade passiva:** é aquela que se ajusta às diferentes condições sócio-econômicas dos alunos e implica, necessariamente, em fornecimento de escolas sem exigências de pagamento, e em assistência ao educando durante o desenvolvimento do processo educativo, mediante o fornecimento de material didático, vestuário, alimentação, transporte e assistência médica, odontológica e hospitalar...” (1981).

Para MELCHIOR. *“o objetivo fundamental da gratuidade escolar é fornecer escolas para quem não possui recursos para pagá-las e corrigir os desnivelamentos oriundos de diferentes condições sócio-econômicas”*. (1981).

Ele afirma que se durante o desenvolvimento do processo educativo não procurarmos corrigir as desigualdades econômicas, que assumem diferentes manifestações, estaremos fazendo a economia improdutiva que, além de desperdiçar recursos com alunos reprovados e evadidos, acarreta a economia criminosa do ponto de vista social, gerando frustrações, recalques e desajustes.

Nesta perspectiva, a fundamentação dos conceitos de gratuidade passiva ou ativa está associada ao conceito de insuficiência de recursos por parte dos alunos.

A discussão sobre qual classe social freqüenta as escolas superiores públicas e privadas tem provocado opiniões divergentes por parte da sociedade.

Em um país em desenvolvimento é importante saber como a sociedade reage ao status de cada profissão, em cada época. Houve transformações, sem dúvida, nos últimos dez anos na importância das profissões. A medicina, engenharia e odontologia, que sempre lideraram a relação dos cursos mais procurados, hoje, já ocupam posições secundárias.

Numa sociedade empobrecida, com a economia sem definição e altas taxas de inflação, desmistificaram-se aquelas profissões e outras têm sido procuradas pelos jovens, revertendo a situação.

E quanto à aspiração ao ingresso nesses cursos?

No quadro abaixo, fornecido pelo MEC, das matrículas do ensino superior por área de formação, constatamos as afirmações acima:

UM PAÍS DE TEÓRICOS

Distribuição anual das matrículas do ensino superior
por áreas de formação - em % do total

Áreas	1977	1979	1983	1985	1987
Ciências Biológicas e Prof. Saúde	12,4	11,6	12,5	13,1	12,9
Ciências Exatas e Tecnológicas	23,5	24,4	23,3	21,6	18,7
Ciências Agrárias	2,2	2,2	2,7	2,8	2,7
Ciências Humanas	43,7	52,1	52,9	53,3	57,0
Letras	6,2	6,2	6,5	6,8	6,5
Artes	2,0	1,9	1,7	2,0	2,0
Básico Comum	-	1,6	0,4	0,4	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC

Na discussão sobre os aspectos da clientela das escolas superiores encontra-se em SODRÉ:

Na consideração do problema da universidade, no Brasil, destaca-se, em primeiro lugar, o aspecto de privilégios em que se constitui o ensino superior, alcançando parcela ínfima dos jovens; em segundo lugar, aparece o traço de provirem da burguesia e da pequena burguesia aqueles privilegiados; vem em terceiro lugar, e nisso não entra a gradação de importância, o fato de que o desenvolvimento das relações capitalistas pressiona no sentido de aumento quantitativo e de melhoria qualitativa daqueles que podem receber o ensino superior. (1976).

No que diz respeito ao primeiro aspecto, acredita-se que o privilégio não é colocado como objeto de polêmica: a sociedade brasileira entende a existência do privilégio, mas tem consciência de que, para eliminá-lo, seria preciso alterar sua estrutura e não tem condições atuais para isso.

Quanto ao traço de origem dos universitários, constata-se a crescente importância da pequena burguesia no processo histórico, e mesmo de elementos da burguesia; desde muito, a camada média em

países semelhantes ao Brasil, passou a ter participação crescente nos movimentos de avanço, a mudança da correlação de forças no mundo faz com que a pequena burguesia, nessas condições, volte-se para as mudanças.

As condições sociais do estudante brasileiro também são abordadas por FORACCHI, quando se refere:

As condições sociais da participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referência de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada por alguns autores de nova classe média. (1965).

Não se pode ignorar a política do ensino superior e o debate sobre as escolas públicas e particulares. Assim encontra-se em GHIRARDELLI, a seguinte afirmação:

Em 1956, o debate entre defensores da escola pública e defensores da escola particular já dava mostras de que se desencadearia uma verdadeira guerra ideológica na sociedade civil. A rede de ensino cresceu substancialmente nos anos 40 e 50, tornando-se um patrimônio que os setores sociais mais democráticos não titubeavam em defender. Por outro lado, os empresários do ensino os donos das escolas particulares, na falta de uma justa bandeira para lutarem pelo ensino privatizado, utilizavam-se da Igreja Católica, que lhes forneceu os velhos argumentos da “liberdade de ensino” e do “direito da família na educação dos filhos”. (1990).

No Brasil, deve-se levar em consideração os aspectos da ocupação do indivíduo que se relaciona com o “status” profissional. A procedência do aluno, o valor do diploma na comunidade, referem-se à ocupação e ao status. A respeito do assunto, a professora DOS SANTOS salienta: “A ocupação tem sido apontada na literatura sociológica como um bom índice do status sócio-econômico”. (1967).

Sobre este último, RABELLO, diz: *“Desse modo, o status é mais uma questão de prestígio do que propriamente de direito e privilégios, e está, cada vez mais vinculada às atividades ociosas, às ocupações e aos padrões de consumo”*. (1974).

Em vista disso, MILLÉO, indaga-se: *“Até que ponto a universidade está atendendo ao menos favorecidos da população?”*. (1975).

Segundo a Revista VEJA:

A elite brasileira é uma das maiores responsáveis pela crise. Quem transpõe a barreira do vestibular das escolas superiores mais disputadas do país são alunos que estudaram nas melhores e mais caras escolas secundárias. Na USP, por exemplo, 57% dos alunos matriculados este ano vieram de escolas particulares. (1991).

Com relação à clientela da rede privada de ensino superior, VAHL faz algumas considerações:

O ensino superior sempre foi e ainda é considerado, no Brasil, por suas tradições, o melhor e o mais curto caminho para chegar a uma condição social mais elevada. Essa foi, sem dúvida, uma das causas fundamentais da corrida para a universidade”. (1981).

Segundo FREITAG, citado em Vahl, *“a escola tem sido, durante o século XX, o principal instrumento de ascensão das classes médias”*. (1981).

Na opinião de SUCUPIRA.

A aspiração por uma instrução de nível superior é fenômeno universal e se inscreve, profundamente, na mentalidade das sociedades modernas, que atingiram certo grau de desenvolvimento. Resulta da ação convergente de fatores econômicos, políticos e sócio-culturais comuns em toda parte, assim como de variáveis específicas em cada país. De um lado, há o crescimento demográfico em si, de outro, a elevação dos níveis de aspiração, com abertura do ensino superior a novas camadas sociais.(1981).

Diante disso, VAHL salienta que a educação tenta satisfazer as aspirações de uma sociedade caracterizada por apresentar uma mobilidade social muito mais intensa. Significa que as camadas que antes se contentavam com a educação primária, hoje, aspiram à instrução superior. Assim conclui-se que o crescimento da clientela foi o principal responsável pela rápida e desordenada expansão do ensino superior.

O acesso ao ensino superior apresenta peculiaridades que devem ser analisadas. Uma delas é a influência do fator sócio-econômico que, segundo VAHL.

Embora não queira reconhecer e, às vezes, até se fale em democratização ou deselitização do ensino superior, como se, na verdade, isso resolvesse o problema com que se defrontam os jovens de origem mais humilde ao tentar uma profissão decorrente da freqüência a um curso de nível superior; a origem sócio-econômica do estudante praticamente define o seu destino para a rede pública ou para a rede privada, caso ele pertença à minoria que chega ao ensino de 3º grau. (1981).

Na opinião de FREITAG, citado em VAHL. *“O ensino particular aliviou o ensino oficial não só dos excedentes em geral, mas justamente dos aspirantes ao ensino superior, provindos das classes subalternas”.* (1981)

Decorrente da grande disputa dos vestibulares em instituições públicas, somente aqueles que são bem preparados, conseguem garantir a conquista de uma vaga. Esta preparação é dada através da freqüência a colégios e bons cursinhos particulares, ambos cobrando mensalidades não acessíveis a todos. *“Assim, são selecionados, com nítida influência do fator sócio-econômico, os estudantes que integram a clientela da rede pública de ensino superior”.* (1981).

Neste sentido, VAHL indaga-se: *“O que resta aos menos favorecidos pela sorte, a não ser recorrer às IES privadas na tentativa de obter um diploma de nível superior?”* (1981).

Na opinião de PASTORE:

A expansão do ensino superior estaria sendo feita de tal modo que faculdades particulares, relativamente caras, estão servindo a uma clientela relativamente pobre, que trabalha durante o dia e frequenta aulas à noite. Esse é outro aspecto que caracteriza a clientela da rede privada. A grande maioria exerce uma atividade profissional paralela, não tendo muita disponibilidade de tempo para se dedicar aos estudos, enquanto, na rede privada, a maioria se dedica exclusivamente aos estudos, principalmente, nos chamados cursos de tempo integral, como as da área da saúde e alguns da área tecnológica. (1981).

A nível quantitativo, GUIMARÃES concluiu que o ensino superior privado tem maior representatividade: 38,93% estatais e 61,07% privadas; e, quanto à qualidade: “O ensino privado é muito melhor que o estatal a nível de 1º e 2º graus, e o ensino estatal ganha em qualidade do ensino privado a nível de 3º grau”. (1990).

Concordando com Vahl, a respeito das classes mais abastadas que podem pagar um ensino de qualidade a nível de 1º e 2º graus (privado) e que conseguem que seus filhos ingressem nas melhores universidades estatais, GUIMARÃES salienta:

As classes menos favorecidas, que possuem a opção da escola estatal a nível de 1º grau, acabam por ver seus filhos em universidades ou faculdades isoladas privadas e, obviamente, pagas. Trata-se de mais uma escandalosa situação em que os pobres pagam os estudos superiores dos filhos dos ricos (via impostos) e, quando ainda podem, pagam mais uma vez o de seus próprios filhos nas instituições privadas, por via direta das mensalidades. Essa situação é fruto da hipocrisia com que a sociedade brasileira entende a reação entre dinheiro e educação..(1990).

5.0 METODOLOGIA

NATUREZA DO ESTUDO

Trata-se de um estudo comparativo do nível sócio-econômico entre acadêmicos do 1º ano do curso de Educação Física de uma universidade pública e uma particular.

UNIVERSO E AMOSTRA

O ideal seria trabalhar com todo o universo, o que seria impossível devido ao aspecto quantitativo. Se assim ocorresse, adviriam diversas implicações como: tempo, dinheiro e mesmo tratamento de dados. Digase, ainda, que o mérito principal das pesquisas é, precisamente, trabalhar com uma pequena parte que seja representativa do todo.

O interesse para com alunos matriculados no 1º ano, deve-se a atual conjuntura do país, onde o estado de riqueza e pobreza altera-se de um ano para outro. Por este motivo, optamos pelos alunos que ingressaram nas universidades em 1992.

O universo pesquisado foi constituído pelos acadêmicos do 1º ano, do curso de Educação Física, das Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Para tanto, estas Faculdades foram visitadas, a fim de ser levantado o total de alunos matriculados no 1º ano em cada uma delas.

Segue-se, agora, o respectivo universo correspondente destes estabelecimentos de ensino da Capital:

Instituições	Total de alunos matriculados no 1º ano
UFPR	_____ 118 alunos
PUC-PR	_____ 133 alunos

Deve-se ressaltar que o universo levantado foi baseado na matrícula dos acadêmicos presentemente, cursando o 1º ano de ambas as universidades.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se um instrumento tradicional de coleta de dados para obtenção de informações: o questionário. É um instrumento válido e de grande eficácia, levando-se em conta que o mesmo permite obter uma série de dados simultâneos a curto prazo.

O questionário utilizado teve sua validação pela Universidade Federal do Paraná, por ocasião do ingresso dos candidatos à universidade em 1991. Do questionário em apreço, foram retiradas parte das perguntas.

Para aplicação dos questionários, solicitou-se permissão dos Chefes de Departamento dos respectivos estabelecimentos. O segundo passo, constitui-se na identificação das turmas de 1º ano, na UFPR são subdivididas em quatro turmas (X, Y, T, W) e, na PUC-PR em duas turmas (A, B); e das possibilidades do momento, para a realização da pesquisa.

Quanto ao preenchimento dos questionários, pode-se dizer que houve plena aceitação por parte dos alunos.

Inicialmente explicavam-se os objetivos da pesquisa, e depois solicitou-se a resposta a todas as perguntas, já que não havia necessidade de identificação. Na ocasião, ressaltou-se a importância para a pesquisa, da pergunta nº 09, que se referia à renda total mensal da família,

baseada no salário mínimo, motivo pelo qual não poderia deixar de ser respondida.

Pode-se dizer, de uma maneira geral, que o estudante colabora com trabalhos de pesquisa, principalmente quando se trata de preencher questionários. A evidência está em que nenhum dos questionários foi anulado.

Na UFPR, dos 118 alunos matriculados, 98 responderam o questionário, e, na PUC-PR, dos 133 alunos matriculados, 97 responderam o questionário. Os demais não responderam por estarem ausentes no dia da aplicação.

TABULAÇÃO DOS DADOS

Para maior fidedignidade, os dados coletados nos questionários, foram digitados para um banco de dados para o processamento das informações. Optou-se pela planilha de cálculos para o levantamento estatístico através de percentual e, para uma melhor visualização, os dados foram transformados em gráficos pelo computador.

Desta forma obteve-se mais rapidez, economia e segurança do trabalho.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

GRÁFICO 01 — AMOSTRA POR SEXO

Pelas indicações estatísticas, encontra-se, em valores percentuais, que as mulheres estão assumindo a vida acadêmica, principalmente nas profissões ligadas ao magistério.

Assim, na UFPR, 61,2%, e, na PUC-PR, 52,6% são mulheres; e os homens estão representados por 38,8% na UFPR, e, 47,4% na PUC-PR. Percebe-se claramente que em qualquer das situações, há o predomínio das mulheres.

Hoje, as mulheres estão sendo convocadas para trabalhar em academias, escolas de natação, como técnico desportivo, em turmas mistas ou somente de homens. É uma barreira que está sendo vencida a partir da última década.

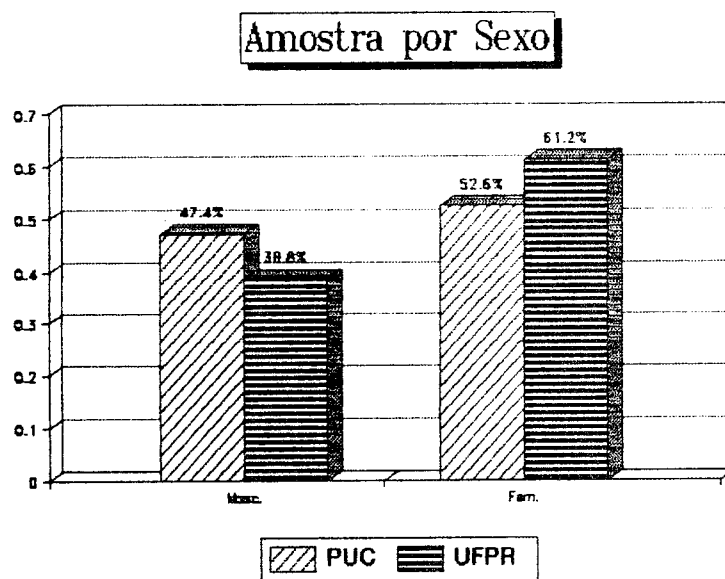


GRÁFICO 02 — NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PAI

O nível de instrução da família representa em grande parte o encaminhamento dos filhos para determinada profissão. É comum a família exercer grande influência sobre as profissões dos filhos, fazendo com que os mesmos sigam os passos dos pais.

Desta forma está justificado que o pai, tanto na PUC-PR como na UFPR, tem o nível superior completo. Em seguida, com bastante coerência, encontra-se o pai com 2º grau completo e 1º grau incompleto.

Definitivamente, em nosso país, não há relação entre pessoas de nível superior e situação econômica dessas pessoas.

Nível de Instrução do Pai

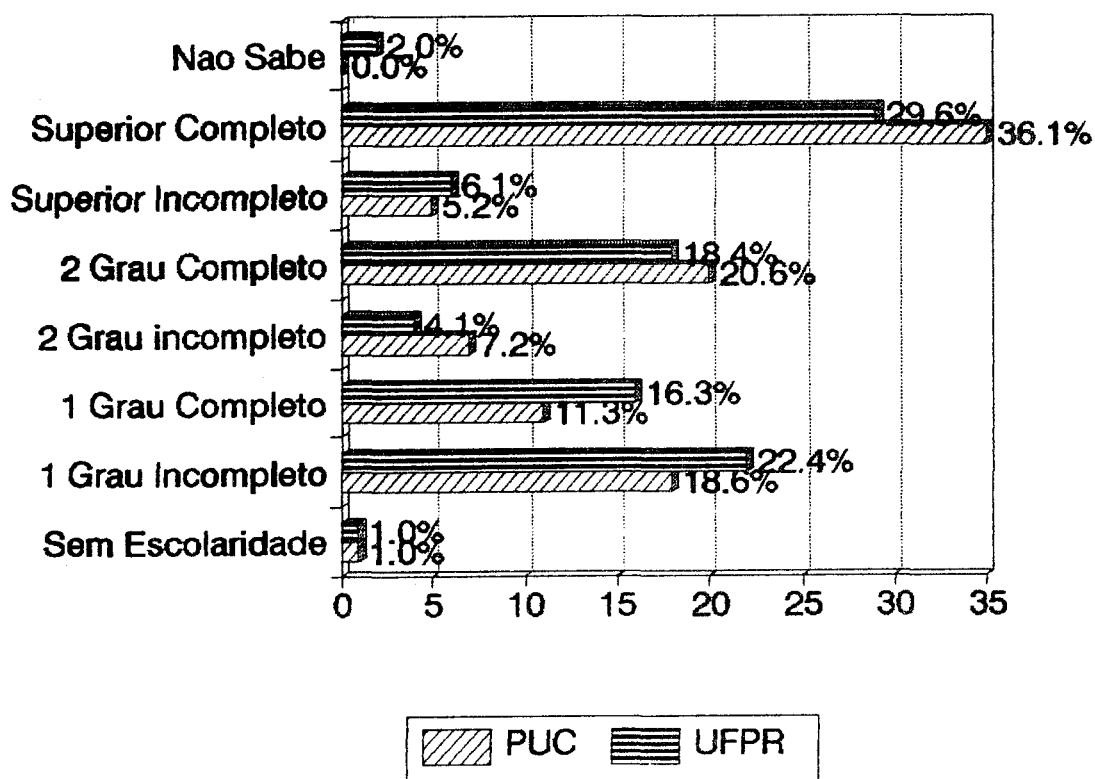


GRÁFICO 03 — NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃE

Somente nos dias atuais, as mulheres estão buscando uma instrução à nível superior, pois isto, há pouco tempo não era observado.

A participação no mercado de trabalho era pequeno e até preconceituosa. Este “status quo” está mudando, hoje a mulher está a frente de cargos políticos, administrativos e militares.

A pesquisa mostra a relação com as afirmações acima citadas, pois as mães destes acadêmicos pertencem, ainda, a uma geração passada, quando a emancipação das mulheres estava atrelada à segurança de um casamento.

Os números revelam que as mães dos acadêmicos com curso superior completo e 1º grau completo, dos acadêmicos da UFPR estão nos mesmos níveis de 1º grau completo que da PUC-PR.

Nível de Instrução da Mãe

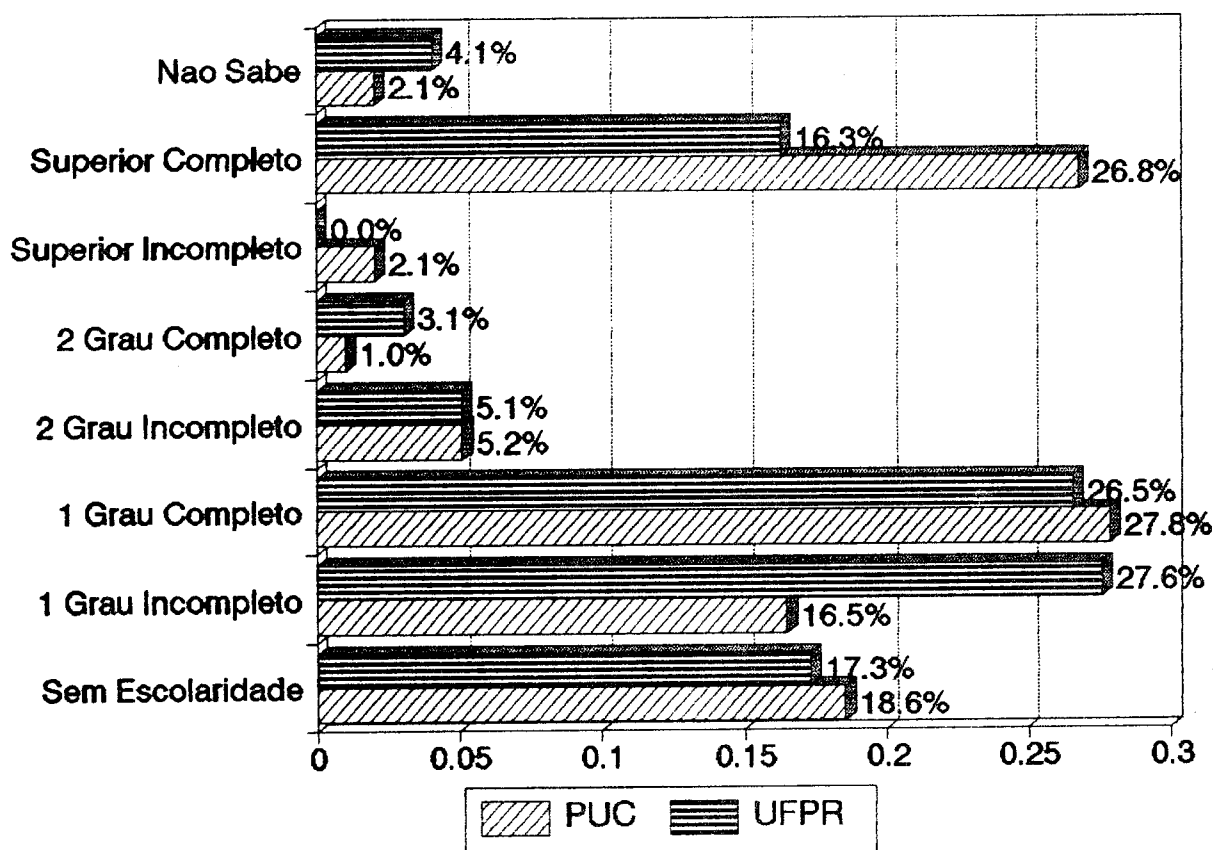


GRÁFICO 04 — RENDA FAMILIAR

A revisão bibliográfica do estudo foi baseada principalmente na questão financeira dos acadêmicos de Educação Física, surgindo uma indagação: Qual a procedência dos alunos quanto ao nível sócio-econômico? Em qual das universidades (UFPR e PUC-PR) encontram-se os alunos com melhores condições econômicas?

Os números em linhas gerais, expressam os argumentos de Vogt, afirmando que os muitos pobres continuam não tendo acesso ao ensino superior, ou só o tem em proporções mínimas, já que a maioria deles sequer chega às portas dos vestibulares e, quando chega, raramente consegue ultrapassá-las. Assim, tanto na PUC-PR como na UFPR, o número de alunos com renda familiar até 1 (um) salário mínimo é insignificante, ou seja, 0,0% na UFPR e 1,0% na PUC-PR. A renda familiar de 2 a 5 salários mínimos ou de 5 a 10 salários mínimos revelam a necessidade do estudante ter que trabalhar durante o curso, como mostra o gráfico a respeito da participação econômica na página.

Contrariando alguns autores, nos cursos de Educação Física da UFPR e PUC-PR, as famílias em melhor situação econômica pertencem a PUC-PR com 49,5%, contra 34,7%, com renda familiar superior a 10 salários mínimos.

Por outro lado, Valle afirma que quem conhece, ainda que superficialmente, o campus de qualquer universidade pública, sabe que ali não estão, com raríssimas exceções, alunos ricos. São estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas.

Renda Familiar

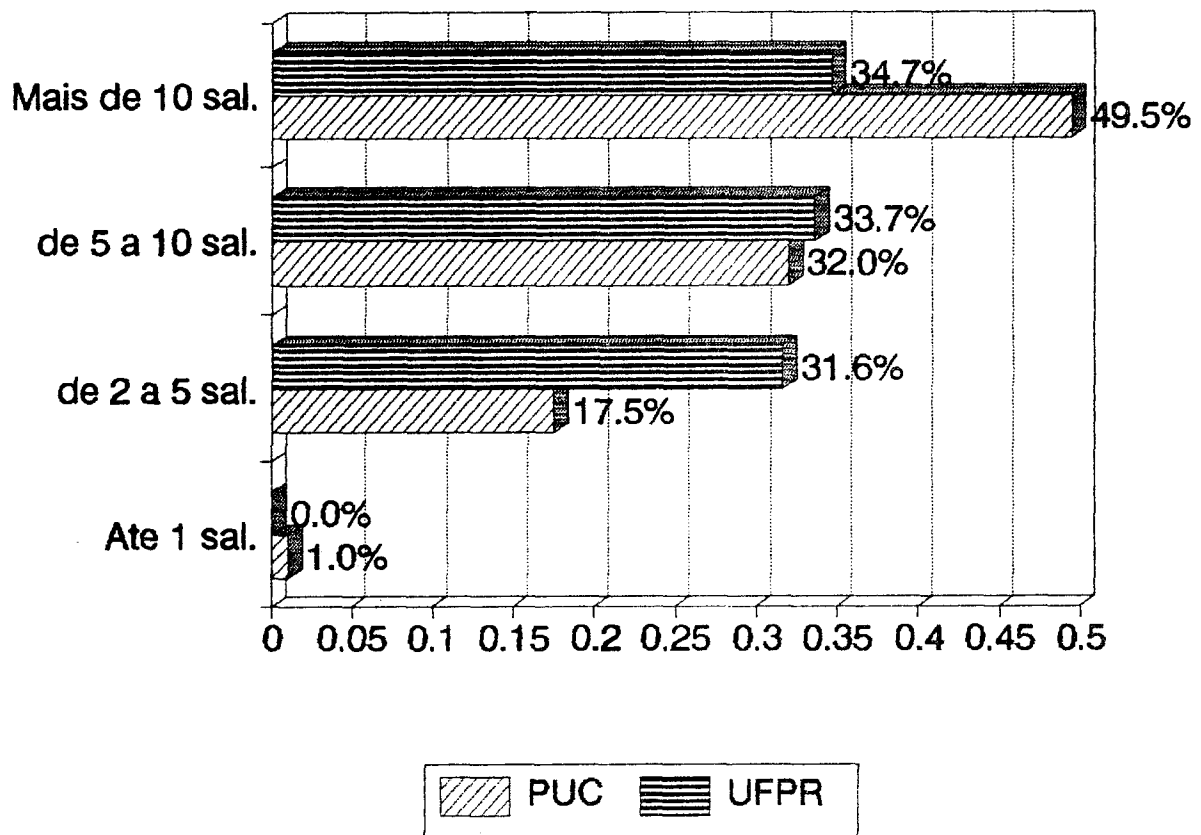


GRÁFICO 05 — MORADIA

Com muita coerência, relacionando com a renda familiar, os números revelam que 95,9% dos pais dos alunos da PUC-PR possuem casa própria, e, da UFPR 86,7%.

Entenda-se, neste quadro, que a casa própria não está especificada se há ou não alienação por parte de agentes financeiros.

Moradia

(Casa Propria)

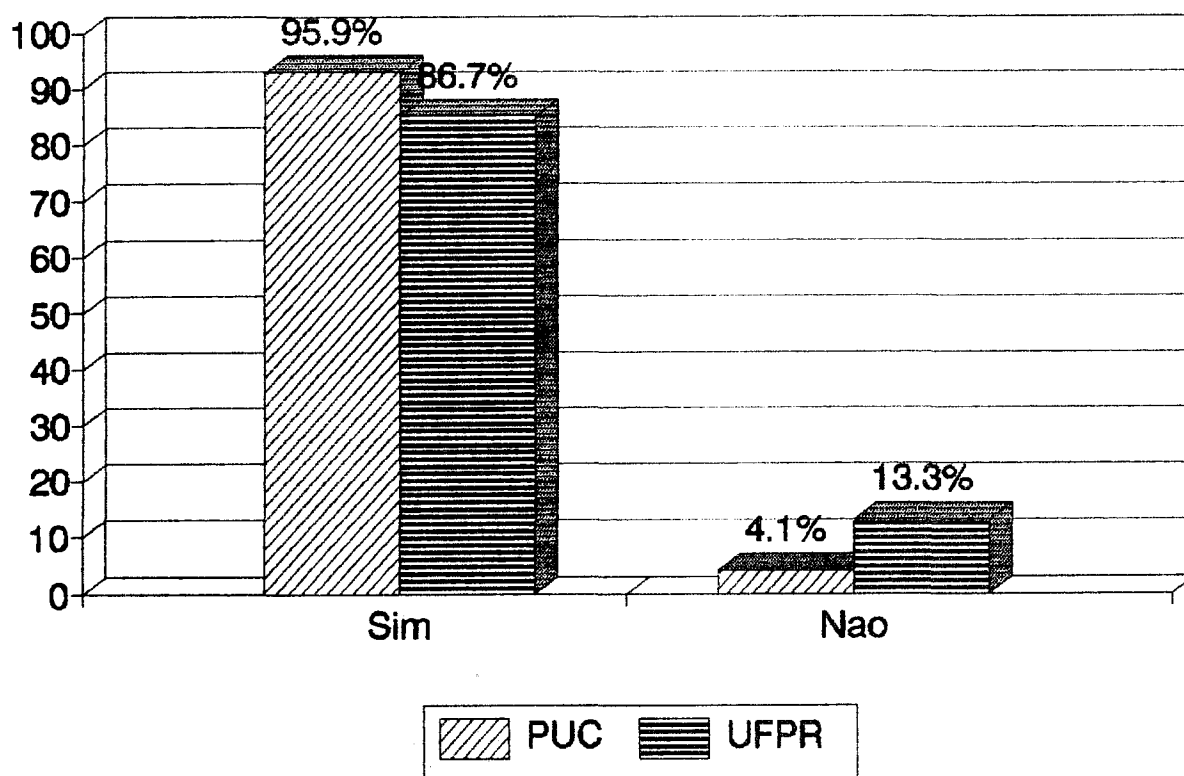


GRÁFICO 06 — PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

Na participação na vida econômica da família, 70,4% dos acadêmicos da UFPR, contra 54,6% dos acadêmicos da PUC-PR, não trabalham e os gastos são financiados pela família.

Justificam-se estes dados pela grade horária das duas universidades, onde o período de aulas da UFPR é integral, não permitindo o acesso ao emprego; já na PUC-PR a grade horária permite o trabalho.

São coerentes também os números acima apresentados, em se tratando dos alunos que estão ingressando no 1º ano.

Participação Econômica

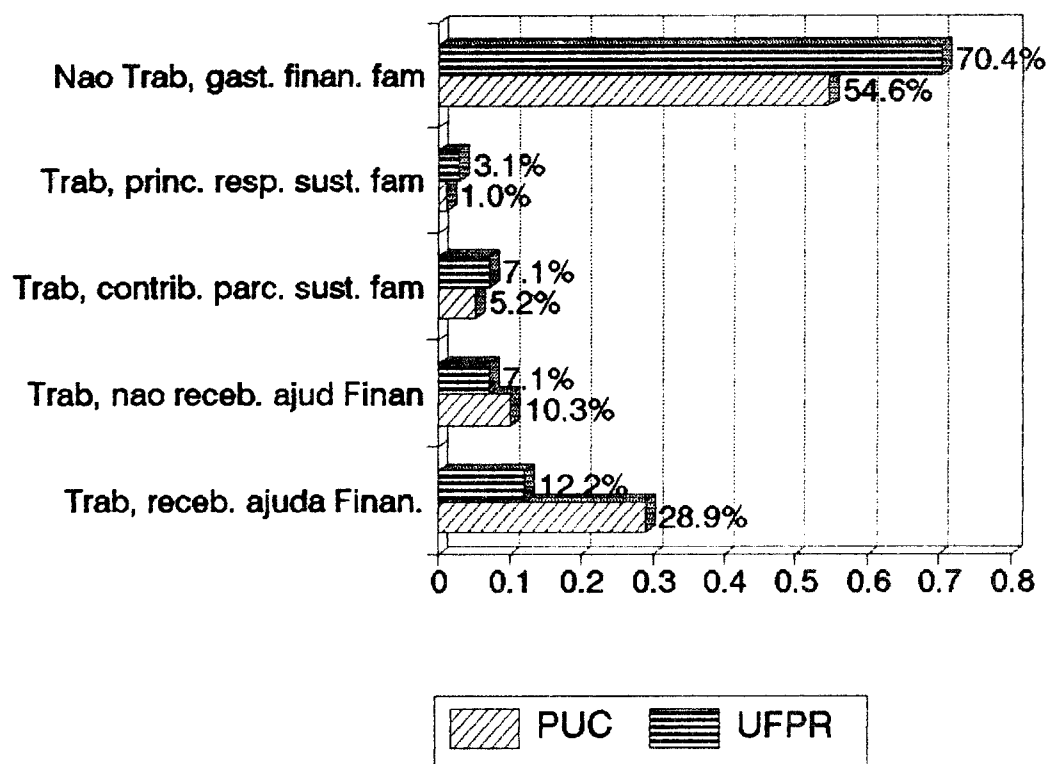


GRÁFICO 07 — DEVERÁ TRABALHAR DURANTE O CURSO

Os resultados apresentados neste gráfico, 46,4% da PUC-PR e 29,6% da UFPR deverão trabalhar desde o 1º ano em tempo parcial, revelam que o curso de Educação Física proporciona ao acadêmico o acesso à mão-de-obra a nível de estágio em várias entidades escolares e esportivas, pelo menos aqui representados em forma de intenção.

Mostra ainda o desejo do acadêmico de participar, desde o início do curso, da vida profissional. O acesso destes alunos de 1º ano na força de trabalho, tem provocado discussões com profissionais já formados, com alegação de que o ingresso destes alunos em atividades profissionais representa, aos proprietários de escolas e academias, mão-de-obra barata, em compensação despreparada.

A porcentagem 36,7% da UFPR e 17,5% da PUC-PR, revela a interferência do currículo no que diz respeito à pretensão dos acadêmicos de apenas trabalhar nos últimos anos do curso.

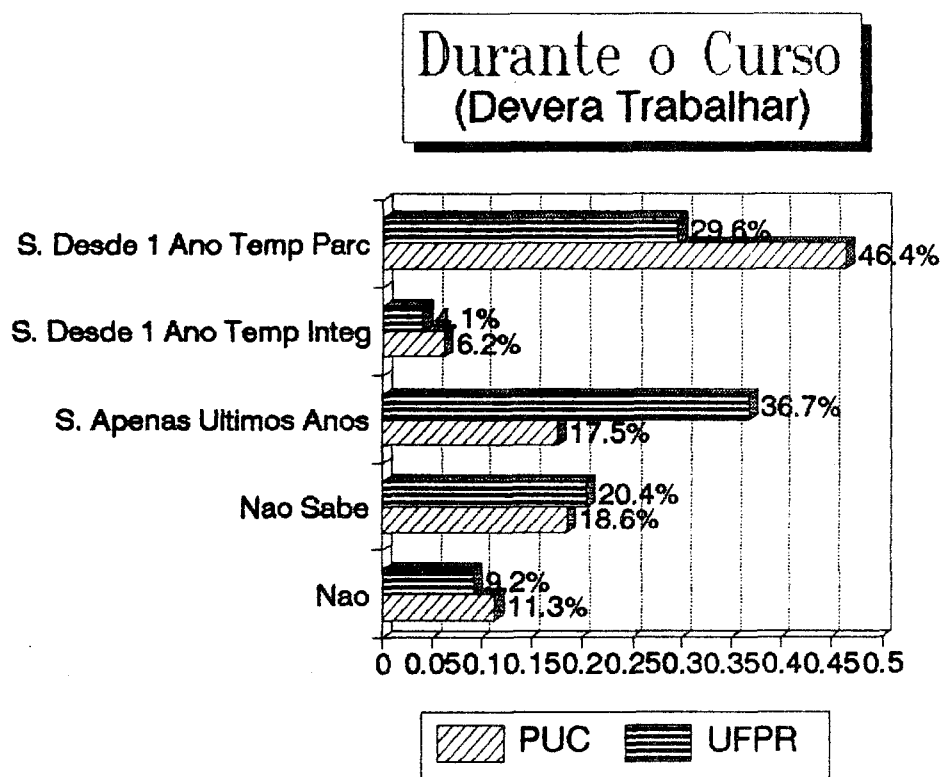


GRÁFICO 08 — ESTUDOS DE 2º GRAU

Como nos gráficos anteriores, a respeito da renda familiar, moradia e participação econômica, tem-se que 40,8% dos alunos da UFPR, cursaram escolas particulares, contra 48,5% dos alunos da PUC-PR.

Esses resultados, de acordo com a revisão de literatura, contrariam alguns autores, como Vahl, que afirma que as classes mais abastadas podem pagar um ensino de qualidade de 1º e 2º graus privado, e, que conseguem que seus filhos ingressem nas melhores universidades estatais.

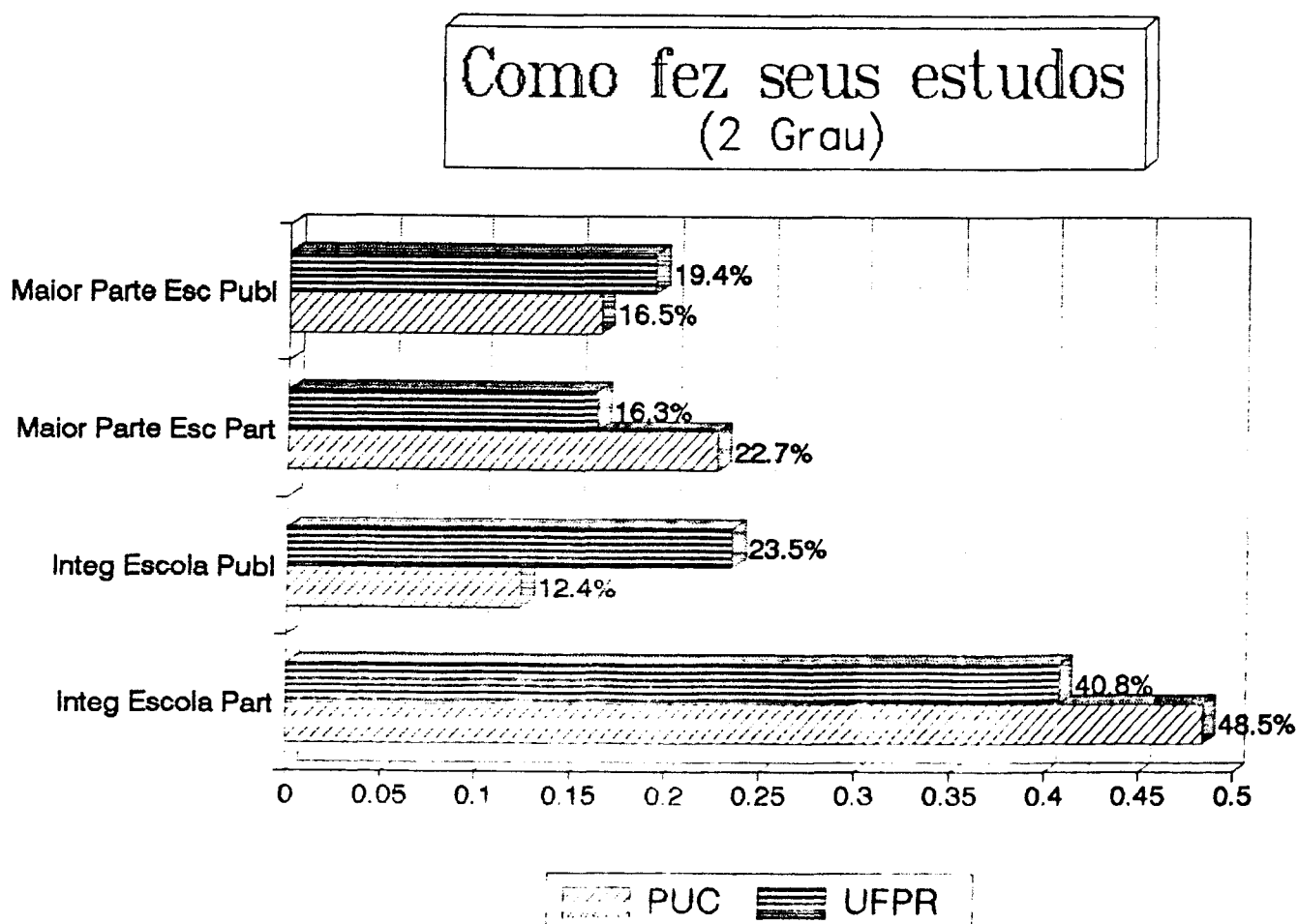


GRÁFICO 09 — MOTIVO A FAZER VESTIBULAR NESTA INSTITUIÇÃO

Os acadêmicos da UFPR, num total de 75,%, responderam sua preferência para cursar a entidade, atendendo a resposta de melhor curso, contra apenas 27,8% da PUC-PR.

Isto explica-se, pelo conceito, que as instituições estatais gozam, no meio universitário, de cursos de pós-graduação, porque são entidades que podem desenvolver a base universitária com: ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao horário adequado, 38,1% dos alunos da PUC-PR e 2,0% dos alunos da UFPR, revelam que o horário das aulas preponderou sobre outras questões.

Motivo ^{(Nesta} a fazer vestibular
(Nesta Instituição)

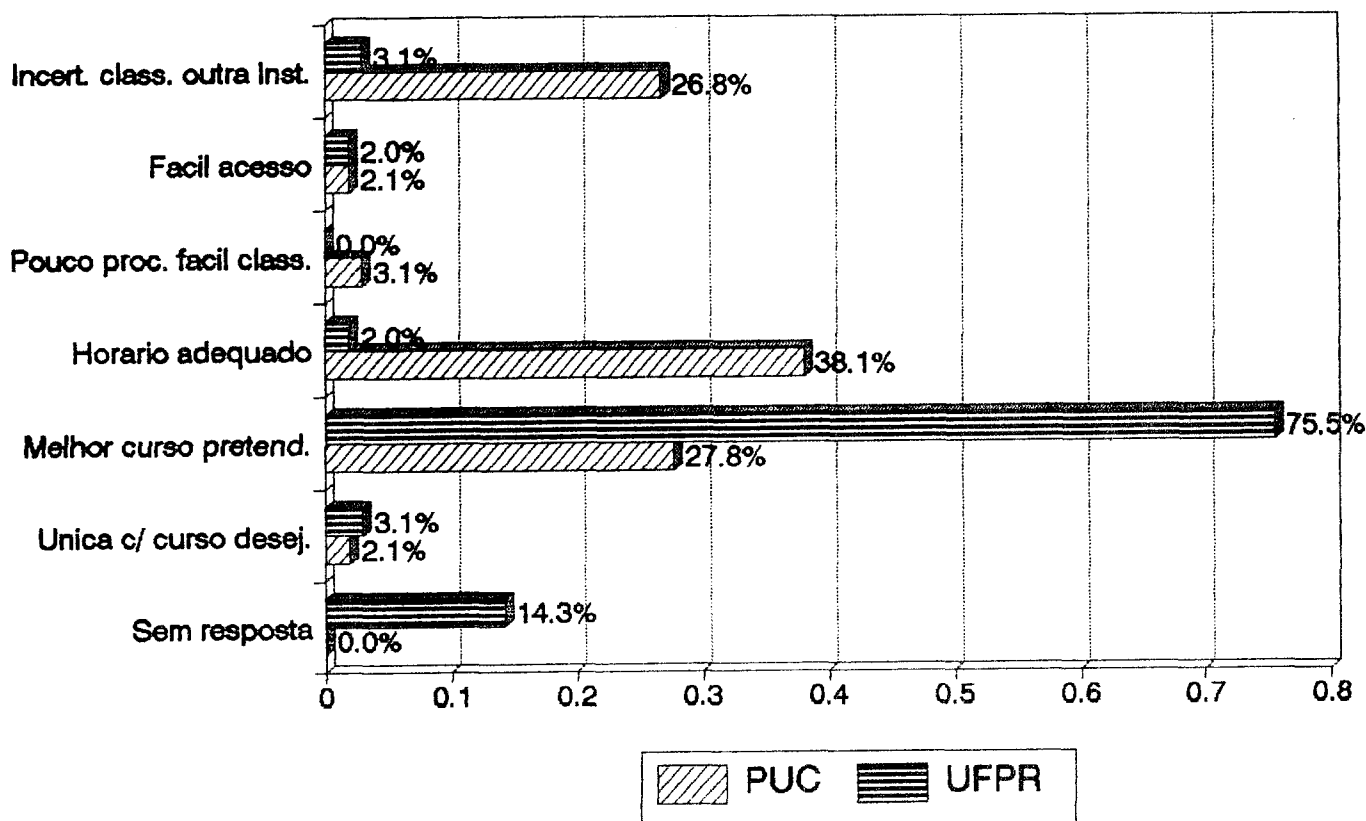


GRÁFICO 10 — MOTIVO DA ESCOLHA DO CURSO

Os cursos de Educação Física, apresentando em seu currículo disciplinas relacionadas com atividades desportivas, têm confundido o jovem aspirante à profissão de professor de Educação Física.

A interpretação de que para o acesso à profissão precisa ser atleta ou ter um corpo ideal, tem levado muitos jovens a ingressarem nos cursos de Educação Física.

No gráfico a este respeito, a resposta: escolha de acordo com a aptidão, 86,7% da UFPR e 82,5% dos acadêmicos da PUC-PR, revelaram a justificativa acima, pois a palavra aptidão sugere uma ampla derivação de significados.

As demais respostas são coerentes, pois é de domínio público que não se trata de um curso para grandes rendas financeiras, e que o mercado de trabalho é limitado.

Motivo escolha do curso

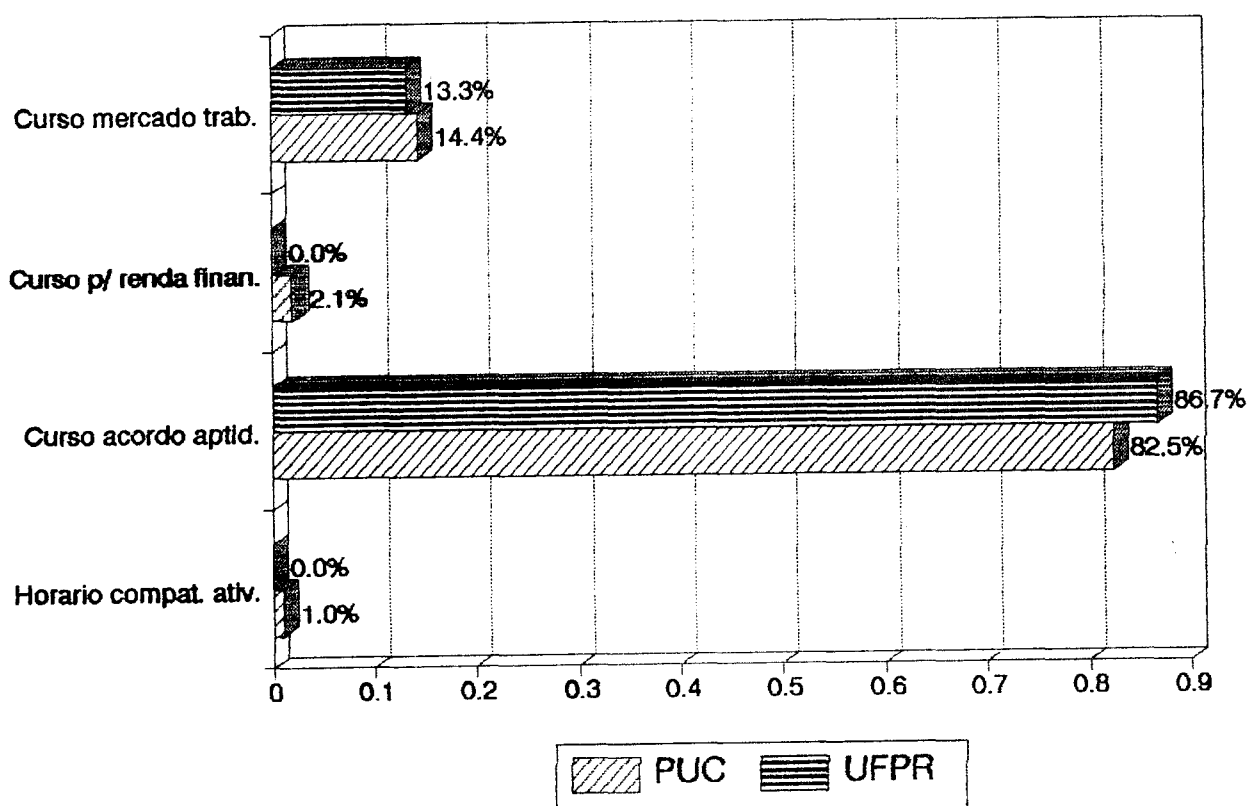
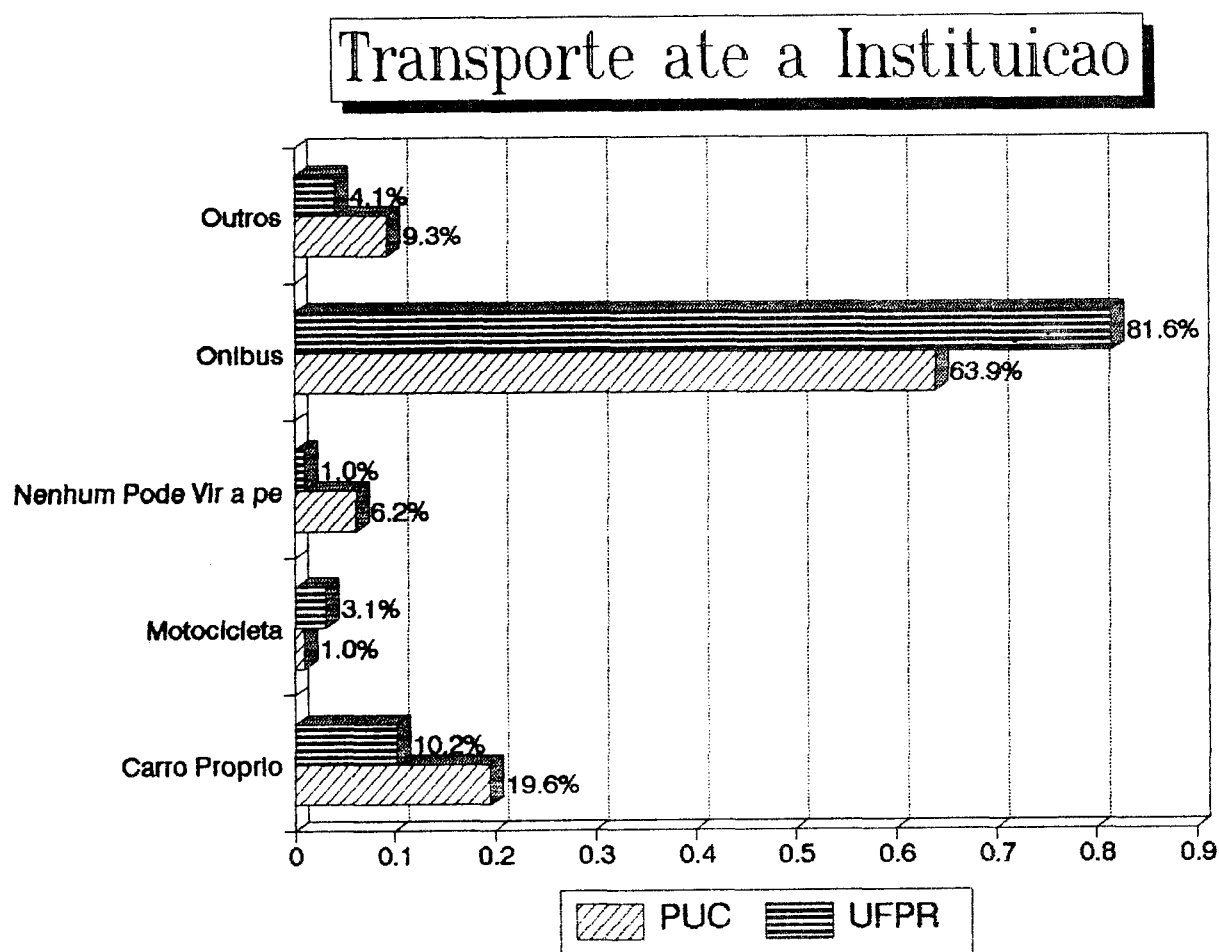


GRÁFICO 11 — TRANSPORTE ATÉ A INSTITUIÇÃO

Como último gráfico, percebe-se que o ônibus é o transporte mais usado tanto para alunos da UFPR, com 81,6% e da PUC-PR, com 63,9%.

Já os alunos que utilizam carro próprio, mais uma vez, correspondendo aos gráficos anteriores (renda familiar, moradia e participação econômica), fazem na PUC-PR um percentual de 19,6% contra 10,2% da UFPR.



CONCLUSÃO

A discussão sobre qual classe social frequenta as escolas superiores públicas e privadas, tem provocado opiniões divergentes na sociedade. Concordando com Vahl, a origem sócio-econômica do estudante praticamente define o seu destino para a rede pública ou para a rede privada, caso ele pertença à minoria que chega ao ensino de 3º grau.

Reverendo a revisão bibliográfica, encontram-se alguns autores que afirmam que os estudantes que integram a clientela da rede pública de ensino superior são selecionados com nítida influência do fator sócio-econômico, pois só aqueles que são bem preparados, conseguem garantir a conquista de uma vaga. Esta preparação é dada através da frequência a colégios e bons cursinhos particulares, ambos cobrando mensalidades não acessíveis a todos. Outros negam esta versão, dizendo que, de forma alguma, uma universidade seleciona seus alunos por sua melhor posição social ou econômica, pois assim seria elitista. Acreditam estes que a universidade os seleciona em função de sua aptidão intelectual, sejam eles ricos, pobres ou remediados.

Comparando com os países desenvolvidos, onde a situação econômica e social está assentada há muitos anos com universidades centenárias e definidas as classes sociais e os processos de ingresso no ensino superior, no Brasil com apenas 500 anos de educação, estamos em fase de discussão dessas políticas e que, certamente, serão resolvidas ou equacionadas a longo prazo. Reforçando o exposto, o conhecimento das características sociais-econômicas do estudante são importantes

para a análise da universidade e da sociedade que se encontram em meio as perplexidades do atual momento da vida nacional quer no campo econômico, político ou social.

Deduz-se, pela pesquisa, que haverá alteração nos resultados de curso para curso, em se tratando da comparação entre a situação econômica dos acadêmicos das Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Assim sendo, estes resultados não devem ser estendidos aos demais cursos, dados as particularidades de cada um. Na universidade paga, cada curso tem um preço dependendo dos equipamentos, laboratórios e tempo de curso. O curso de Educação Física é o mais acessível quando comparado à Medicina, Odontologia e a Engenharia.

Particularmente, na monografia em questão, a comparação da situação econômica dos acadêmicos de Educação Física da UFPR e PUC-PR, mostra com clareza que a melhor condição econômica das famílias é a dos acadêmicos da PUC-PR.

Por decorrência, os outros gráficos também foram coerentes nos resultados, assim é que, os alunos da PUC-PR, em maior número cursaram escolas particulares. No caso da moradia, também os números mostram que 95,9% das famílias dos alunos da PUC-PR possuem casa própria, contra 86,7% da UFPR.

Outro dado importante é o meio de transporte, pois o acesso ao carro próprio é uma meta inacessível às famílias de baixa renda. Na pesquisa, os acadêmicos de Educação Física da PUC-PR, num percentual de 19,6%, possuem carro próprio, contra 10,2% da UFPR.

Levando-se em consideração a análise feita, conclui-se a monografia, alertando que os dados podem variar de ano para ano, pelas alterações que possam ocorrer no seio das famílias, que pretendem que seus filhos ingressem na Universidade.

Registra-se apenas que, em 1992, os alunos que ingressaram na Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no curso de Educação Física, apresentam um perfil sócio-econômico em condições razoáveis.

Na verdade, são tantos os pontos que merecem atenção, que se torna difícil focalizá-los pormenorizadamente na monografia em questão.

Mesmo assim, houve, pelo menos, o mérito de suscitar e levantar indagações a respeito dos estudantes de Educação Física quanto ao aspecto sócio-econômico e suas interligações.

ANEXOS

06 – Qual a sua participação na vida econômica da família?

- 01) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas;
- 02) Trabalho e sou responsável pelo meu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira;
- 03) Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento, e contribuo parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas;
- 04) Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da família;
- 05) Não trabalho e meus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas.

07 – Durante o curso superior, você terá que trabalhar?

- 01) Sim, mas apenas nos últimos anos;
- 02) Sim, desde o primeiro ano, em tempo parcial;
- 03) Sim, desde o primeiro ano, em tempo integral;
- 04) Não sei;
- 05) Não.

08 – Como fez seus estudos de 2º Grau?

- 01) Integralmente em escola pública;
- 02) Integralmente em escola particular;
- 03) Maior parte em escola pública;
- 04) Maior parte em escola particular;
- 05) Em escolas comunitárias/CNEC.

09 – Qual o principal motivo que o levou a fazer vestibular nesta Instituição de Ensino Superior?

- 01) É a única nesta cidade que oferece o curso que eu desejo;
- 02) É a que oferece o melhor curso pretendido;
- 03) É a que oferece o horário adequado;
- 04) É pouco procurada, que toma fácil a classificação;
- 05) É mais fácil o acesso (proximidade de casa, condução fácil, etc.);
- 06) Incerteza de ser classificado em outra Instituição de Ensino Superior.

10 – Qual o motivo que o levou a escolher o curso que está frequentando?

- 01) Horário mais compatível com outras atividades;
- 02) O curso prepara para uma profissão mais de acordo com minhas aptidões;
- 03) O curso prepara para um aprofissão que promete boa renda financeira;
- 04) O curso prepara para uma profissão com bom mercado de trabalho;
- 05) Outro.

11 – Que tipo de transporte você utiliza para vir à Instituição?

- 01) Ônibus
- 02) Carro próprio;
- 03) Motocicleta
- 04) Nenhuma, poderei vir a pé;
- 05) Outro:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DOS SANTOS, Maria Aparecida. Origem sócio-econômica dos alunos de ensino médio e estrutura sócio-econômica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, nº 128, 1967.
- 2 DURHAM, Eunice Ribeiro. Os gastos com as universidades públicas. Folha de São Paulo, 7 de janeiro de 1991.
- 3 FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira, São Paulo, Nacional, 1965.
- 4 GHIRARDELLI Junior, Paulo. História da Educação. São Paulo, Cortez, 1990.
- 5 GUIMARÃES, Oriovisto. Você é o dono da escola. Posigraf, Curitiba, 1991, p. 25, 26.
- 6 MASCARO, Carlos Corrêa. Gratuidade do ensino versus ensino pago. Ciência e Cultura. São Paulo, vol. 35, n. 09, p. 1284, 1285, 1286, setembro, 1983.
- 7 MELCHIOR, José Carlos de Araújo. A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da Educação no Brasil. Estudos e Documentos. São Paulo, vol. 17, p. 87, 88, 89, 1981, TESE.
- 8 MILLÉO, Galbas. Uma análise dos estudantes universitários de Curitiba a partir de aspectos de sua estratificação sócio econômica. Escola Pós Graduada de Ciências Sociais, São Paulo, 1975. TESE
- 9 RABELLO, Ophelina. Um estudo sócio-econômico de estudante universitário. Campinas, Unicamp, INEP, 1974.
- 10 s/autor. O país arrisca o futuro nas universidades. Revista VEJA, São Paulo, 08 de Maio de 1991.

- 11 SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- 12 TRAMONTIN, Raulino. O ensino superior particular no Brasil: traços de um perfil. Ciência e Cultura. São Paulo, vol. 37, n. 07 (Suplemento), p. 60, 61, 62, julho, 1985.
- 13 VAHL, Teodoro Rogério. O ensino superior privado no Brasil – Evolução, Realidade e Perspectivas. Educação Brasileira. Brasília, vol. 03, n 06, p. 70, 71, 72, 73, 74, 1981.
- 14 VALLE, Álvaro. Escola pública paga? Correio Braziliense. Brasília, 18 de março de 1991.
- 15 VOGT, Carlos. Uma Universidade para os pobres, um debate ideológico. Gazeta Mercantil, 12 de abril de 1991, p. 5.